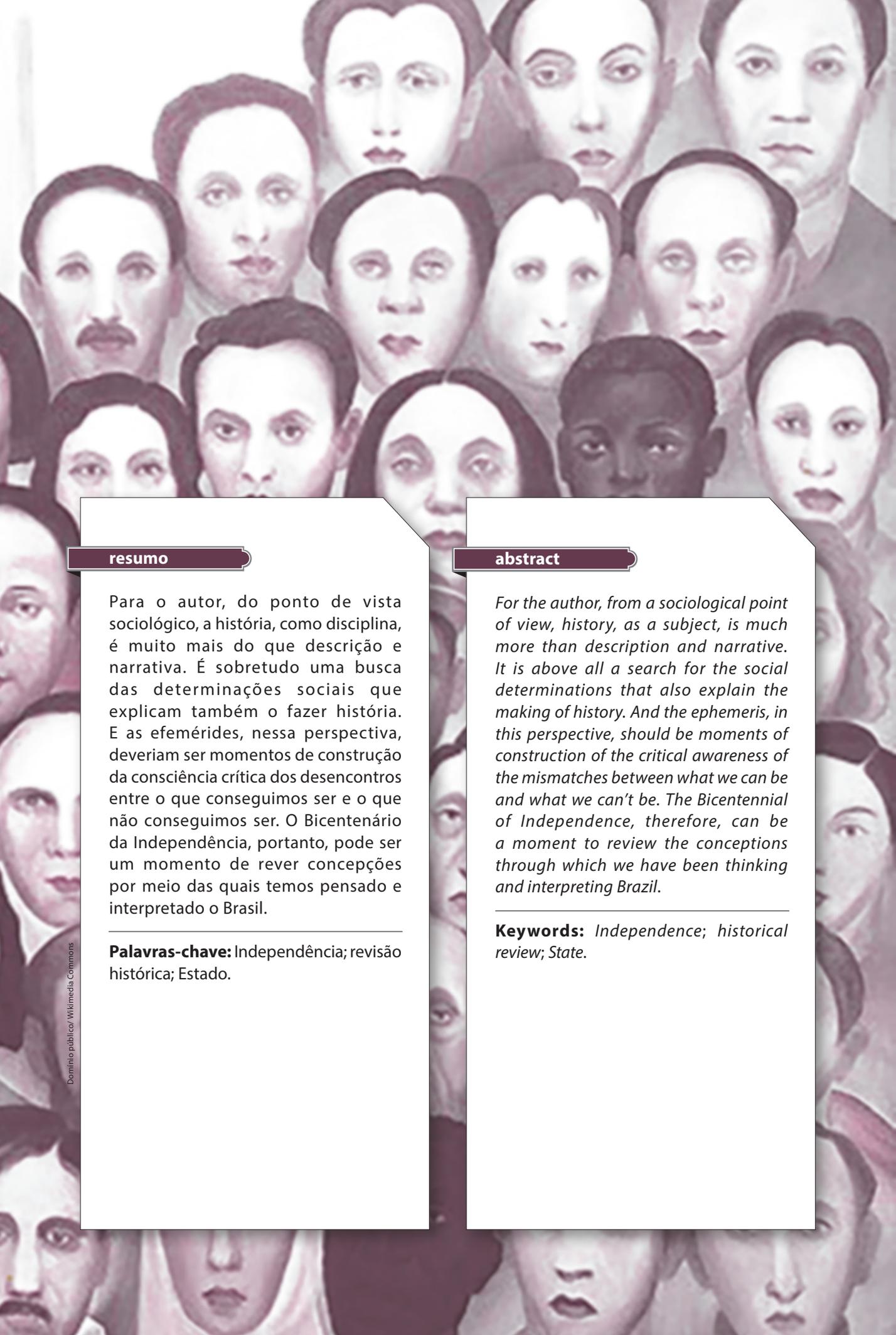




Domínio público/ Wikimedia Commons

As circunstâncias da Independência e a formação do poder do atraso

José de Souza Martins



resumo

Para o autor, do ponto de vista sociológico, a história, como disciplina, é muito mais do que descrição e narrativa. É sobretudo uma busca das determinações sociais que explicam também o fazer história. E as efemérides, nessa perspectiva, deveriam ser momentos de construção da consciência crítica dos desencontros entre o que conseguimos ser e o que não conseguimos ser. O Bicentenário da Independência, portanto, pode ser um momento de rever concepções por meio das quais temos pensado e interpretado o Brasil.

Palavras-chave: Independência; revisão histórica; Estado.

abstract

For the author, from a sociological point of view, history, as a subject, is much more than description and narrative. It is above all a search for the social determinations that also explain the making of history. And the ephemeris, in this perspective, should be moments of construction of the critical awareness of the mismatches between what we can be and what we can't be. The Bicentennial of Independence, therefore, can be a moment to review the conceptions through which we have been thinking and interpreting Brazil.

Keywords: Independence; historical review; State.

O

Bicentenário da Independência do Brasil poderia e deveria ser a oportunidade para revermos os muitos problemas e erros no caminho dessa história. Momento de uma espécie de revisão profunda do que achamos que seríamos e o que, no entanto, acabamos não sendo. Poderíamos

nos interrogar sobre fatores e causas dos projetos não realizados, dos percursos contrários ao do destino que poderíamos ter alcançado e não alcançamos. Uma boa hora para examinarmos nossas fragilidades, nossa dificuldade para definir e concretizar rumos. Os entraves ao nosso possível.

Poderia ser uma boa hora para localizar, à margem das fantasias, com o que nos enganamos a nós mesmos ao longo desse longo tempo. Nele houve momentos decisivos que foram perdidos. Enganos de rumos nas horas de encruzilhada.

Revedo documentos dos dias e meses que antecederam a proclamação daquela tarde de 7 de setembro de 1822, à luz de nossas demoras históricas, não é propriamente uma surpresa descobrir que a Independência já estava proclamada quando houve o gesto simbólico do Ipiranga. Quando o príncipe regente d. Pedro saiu do Rio de Janeiro, em 15 de agosto, para, em São Paulo, enquadrar o governo da província em face do golpe de maio de 1822, a “Bernarda” de Francisco Inácio, dado pelo grupo contrário à redefinição do *status* do Brasil em face de Portugal, ele já havia comunicado às nações amigas que o Brasil já era independente e que as coisas aqui estavam para mudar.

Ele mesmo não sabia tudo do enredo de que se tornava a personagem principal. O tempo mostrará que, perante sua própria

JOSÉ DE SOUZA MARTINS é Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP e autor de, entre outros, *Sociologia do desconhecimento: ensaios sobre a incerteza do instante* (Editora Unesp).

consciência, o ato teve por fim enquadrar as aspirações brasileiras de autonomia e soberania aquém do desejado pelos que almejavam a independência plena do país.

Quando poucos meses antes houve a convocação da Constituinte em Lisboa, os deputados eleitos por São Paulo tiveram por missão, entre outros projetos, o de criação de uma universidade na província. Não era o projeto de criação de mera academia de direito, que o imperador criará em 1824. A universidade paulista conteria cursos nos vários campos do conhecimento, como o de Medicina. Convém lembrar que José Bonifácio, paulista, que residia na cidade de São Paulo, patriarca da Independência, fora professor de Mineralogia na Universidade de Coimbra, descobrira e classificara vários minerais, era um cientista, fora secretário da Real Academia de Ciências, em Lisboa.

Outras pendências ficaram. Quando da visita a São Paulo de d. Pedro II e da imperatriz, em 1842, o poeta Paulo Eiró escreveu e apresentou uma peça de teatro, *Sangue limpo*, em que faz a crítica de uma Independência incompleta, que não assegurara que o Brasil fosse propriamente um país livre, de homens livres. Uma expressão de consciência dos retrocessos e insuficiências criados pelo modo e pela circunstância em que a Independência se dera. Para muitos, o segundo imperador personificava o projeto político de d. Pedro I e não o projeto político dos que quiseram e queriam a plena independência do Brasil. O passado, para eles, de vários modos, atravessava e tolhia os passos do país.

Por outro lado, a efeméride do Bicentenário da Proclamação da Independência

será mais efêmera se nos perdermos nas limitações conceituais com que temos rotulado os momentos significativos de nossa história. Do ponto de vista sociológico, a história, como disciplina, sabemos todos, é muito mais do que descrição e narrativa. É sobretudo uma busca das determinações sociais que explicam também o fazer história. E as efemérides, nessa perspectiva, deveriam ser momentos de construção da consciência crítica dos desencontros entre o que conseguimos ser e o que não conseguimos ser.

Este bicentenário pode ser, portanto, um momento de rever concepções por meio das quais temos pensado e interpretado o Brasil. Seria um modo de superar as petrificações conceituais que nos aprisionam nas ainda insuficiências de conhecimento de nossa formação inacabada como povo e nação.

É necessário que superemos conceitos que aprisionaram nossa consciência social nas interpretações que, sem dúvida, têm sua importância. Mas que dependem de validação científica contínua e das reinterpretções possíveis nas revelações do processo histórico. As do que não era visível no começo, mas cuja visibilidade tornou-se possível no meio da travessia. Aquelas à luz do desenvolvimento histórico, de outros dados, de avanços nos modos de compreender e interpretar o lugar do passado no presente. Passado do qual, aliás, nosso próprio futuro é prisioneiro. Os retrocessos nos momentos do que foi concepção de futuro são indicações desse avançar recuando que marca os momentos decisivos da história brasileira.

A proclamação da Independência do Brasil, no dia 7 de setembro de 1822, não

foi afirmação unilateral da vontade pessoal de um príncipe sobre a suposta página em branco do futuro do país que nascia. Não foi, tampouco, manifestação de vontade coletiva nem de um possível sobre o horizonte amplo da construção de uma nação. Foi, antes, disputa entre quatro alternativas de país e de destino, que estavam na pauta dos embates políticos sobre o que seria o Brasil no reino de Portugal ou fora dele, independente, desde muito antes daquele dia. Delas, só uma era de fato um projeto de nação, com eventual definição de sua estrutura social aberta e relativamente participativa. A de José Bonifácio e dos chamados andradistas e liberais.

Era um projeto que abrangia a revogação do estamentalismo português da sociedade brasileira, que teve início com a extinção do morgadio mas que não se concluiu com o fim imediato da escravidão. Estamentalismo que foi fundamento jurídico de nossas desigualdades, inclusive a da escravidão de indígenas, os pardos, e a de africanos e seus descendentes, os negros, que nele se situaram como expressão das peculiaridades sociais da sociedade brasileira.

As outras três alternativas eram unicamente relativas a três formas entre si diferentes de poder, superestruturas políticas a recobrir a estrutura localista do poder tradicional e oligárquico das câmaras municipais. Victor Nunes Leal demonstrou a persistência estrutural desse poder, décadas depois da Independência, na República Velha, em *Coronelismo, enxada e voto – o município e o regime representativo no Brasil*, de 1949.

É esse o substrato de poder do atraso que funda o Estado brasileiro e persiste.

Mais do que sobrevive, recria-se e se fortalece até hoje. Quando se fala em “centrão”, nos dias atuais, é desse poder que se está falando. Muda de cara para permanecer.

Desde a origem, tem sido ele Estado de conciliação de uma estrutura superficialmente moderna, e cautelosamente aberta à modernidade, com uma estrutura política real e ativa, a das câmaras municipais e do poder local, de um oligarquismo resistente e distante de um regime propriamente representativo. A estrutura política do Brasil pequeno.

A rica documentação reunida por Alexandre José de Mello Moraes em sua *História do Brasil-Reino e Brasil Império*, publicada no Rio de Janeiro em 1871, mostra o demorado período de quase dois anos de conflitos em Portugal e no Brasil quanto ao destino que teria este país. E frequentemente as câmaras municipais se manifestaram de maneira decisiva em relação ao tema da Independência, mesmo e sobretudo nos meses e semanas anteriores ao chamado “grito do Ipiranga”. Elas foram a única instituição sólida e, de algum modo, representativa das minorias dominantes a viabilizar uma manifestação social, ainda que seletiva e mesmo excludente, em relação à Independência.

O descalabro político de hoje, do Estado dominado pelo poder pessoal de alguém que tem das instituições uma concepção minimizante, e do poder de fato exercido pela hegemonia do “centrão” e do localismo que ele representa, é indicação de dois séculos de bloqueio político do próprio processo histórico.

Na tarde de 7 de setembro de 1822, a proclamação da Independência do Brasil foi expressa até em suas insuficiências de

origem, nas duas declarações de separação do Brasil em relação a Portugal pelo príncipe regente d. Pedro de Alcântara (uma, cerca de 14 horas, na paragem dos Meninos, no bairro de São Caetano e nas vizinhanças de São Bernardo, e outra na sua reiteração, duas horas depois, na colina do Ipiranga). Aconteceram durante sua volta de Santos para São Paulo, ao receber a correspondência que do Rio lhe enviaram a princesa Leopoldina e José Bonifácio de Andrada e Silva, com as informações sobre a ordem de retorno de d. Pedro a Portugal.

A correspondência vinha acompanhada de informações paralelas de que o objetivo era em Portugal destituí-lo do direito de sucessão, assim como d. João VI já era prisioneiro das Cortes. Aliás, o rei será assassinado em 1826, envenenado com arsênico, como comprovaram exames e análises relativamente recentes.

Como já lhe haviam informado José Bonifácio e outros partidários da Independência, seu mero embarque, para ser reconduzido a Portugal, era a senha para o início da revolução da Independência, sem preservação da dinastia. Na verdade, ele já não tinha alternativa: ou Portugal ou o Brasil.

Como mencionei, no processo da Independência, havia, em conflito e em andamento, quatro projetos de Brasil. Um, o primeiro, o projeto inglês, que se encontra nos *Dropmore Papers*, da Biblioteca Britânica, o de trazer para o Brasil o príncipe regente, d. João, ou seu filho e herdeiro, d. Pedro de Alcântara, e com o apoio de uma força inglesa promover a independência das colônias portuguesa e espanholas na América:

“Um esboço de esquema para transportar o Príncipe Regente de Portugal [futuro d. João VI], ou seu filho [futuro d. Pedro I, do Brasil, e d. Pedro IV, de Portugal], para o Brasil e enviar uma força militar para apoiar a emancipação da América do Sul espanhola e portuguesa e abrir a América do Sul para o comércio britânico”.

Esse propósito era bem claro. Antes da chamada transmigração da família real, embarcada em 1807, d. João já havia feito um acordo secreto com o rei da Inglaterra para viabilizar as transformações políticas que alcançariam Portugal e o Brasil.

D. João, no entanto, tinha seu próprio projeto, o de uma monarquia pluriterritorial, que se expressará na criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815, quando o Brasil, elevado a reino, alcança uma espécie de independência limitada e branda. Esse projeto não era o das Cortes de Lisboa. Era o projeto da dinastia de Bragança. Para o Brasil, a independência sem separação de Portugal. A novidade do 7 de setembro foi a da independência com separação, em decorrência do golpe das Cortes, que aprisionaram o rei e pretendiam aprisionar e destituir d. Pedro.

Em consequência, como assinalou Fernando Henrique Cardoso em “O Estado na América Latina” (1977), um artigo referencial, a diferença do Brasil, em comparação com outros países das Américas, é que sua independência não resultou de uma revolução política. Mas de um ato do monarca, de uma independência sem protagonismo do povo, uma obra do Estado. O Estado será o criador da sociedade civil e não o contrário. Um nascimento fora



dos quadros de interpretação de fenômenos políticos similares.

Portanto, uma sociedade civil, pobre de protagonismo e de participação nos destinos do país, limitada às demandas cotidianas dos municípios e dos régulos de província. Uma sociedade que não nasceu para fazer revoluções. Todas as nossas demandas políticas esbarram na muralha e nas impugnações dos horizontes estreitos do poder local, o poder do atraso. Ao Exército, também prisioneiro dessa mesma estrutura política, tem cabido a função de assegurar, sob pretextos ideológicos vários, o bloqueio da criatividade social e política da sociedade civil, por meio de intimidação e de repressão. Esse tornou-se item cotidiano da política brasileira na atualidade.

Disso resulta, também, nossa alienação política. Invocamos modelos políticos europeus, ou norte-americanos, de difícil aplicação aqui. Modelos que têm pouca ou nenhuma relação com o que é próprio e característico da realidade brasileira. Precisamos de uma explicação sociológico-antropológica da realidade política brasileira para desenvolver uma práxis transformadora e libertadora. Sem isso, ficaremos no que somos, naquela situação da explicação emblemática de Tancredi ao tio, em *O leopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa: “Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude”.

Disso decorre nossa história lenta. É inútil falar em direita e esquerda se a realidade aprisionada as define objetivamente como disputa entre atraso social e político, de um lado, e carências sociais e políticas que não se configuram como carências radicais, isto é, revolucionárias, de outro.

O Estado brasileiro, criado pela forma que a Independência assumiu entre nós, tornou-se um Estado que promove níveis de progresso nos limites da criação simultânea, níveis do atraso. O Brasil tornou-se um caso emblemático de desenvolvimento desigual, não evolutivo.

Politicamente, é impossível avançar sem a concessão do recuo. A mais notável indicação nesse sentido foi apontada por Euclides da Cunha. No Império, o Partido Liberal propunha as inovações sociais e políticas, mas era o Partido Conservador que as viabilizava e concretizava. Foi uma espécie de pacto. A abolição da escravatura foi obra dos conservadores, não dos liberais. Os republicanos, que estavam começando a existir, eram contra a abolição. Ou seja, os partidos progressistas eram aqui reacionários e os reacionários eram progressistas. Movo-nos nos avessos.

A abolição da escravatura, em 1888, libertou os senhores de escravos do fardo econômico. Libertou juridicamente os escravos sem emancipar os libertos, sem libertá-los socialmente. Abandonou-os na situação residual da anomia, como observou Florestan Fernandes, em *A integração do negro na sociedade de classes*, e na condição de desvalidos sem lugar na sociedade residualmente criada pelo trabalho livre que sequer chegou a ser, a não ser muito parcialmente, trabalho assalariado, isto é, trabalho de uma sociedade propriamente capitalista.

O próprio subcapitalismo, que nessas condições limitantes se desenvolveu lentamente no Brasil independente – desdobramento e continuidade do que já ocorria no período colonial –, sequer tem as caracte-

rísticas próprias do que é uma sociedade determinada por relações capitalistas de produção. A não ser em momentos do processo de valorização do capital.

O mesmo erudito Euclides da Cunha, muito pouco tempo depois da abolição da escravatura, mostrou, com base nas observações diretas que fez na Amazônia, que o fim da escravidão negra ocorreu articulado com a difusão da escravidão por dívida, não só dos pardos, mas predominantemente deles, isto é, dos índios e de seus descendentes.

Um grande número dos prisioneiros da Revolução Praieira, ocorrida em Pernambuco, entre 1848 e 1850, era pardo. Os descendentes dos índios administrados, libertados e abandonados com o fim formal da escravidão indígena em 1755, reduzidos à condição de agregados e moradores nas propriedades dos grandes fazendeiros. Participaram da revolução porque intuíram que, com a aproximação do fim do tráfico negreiro, que se daria em 1850 (e a aprovação da Lei de Terras, na mesma semana), seriam reescravizados. O que de fato acabaria acontecendo: tornaram-se moradores das plantações de cana-de-açúcar, como substitutos dos escravos negros que começavam a ser exportados para os cafezais para São Paulo e Rio de Janeiro, no tráfico interprovincial. Ficaram sujeitos ao pagamento da renda da terra em trabalho pela permissão de seu uso para fazer o roçado da agricultura de sua subsistência. Seu destino de sujeição prolongou-se até meados dos anos 1950, quando se insurgiram por meio das Ligas Camponesas com uma reivindicação simples: a de reforma agrária. O governo militar

de 1964 lhes reconhecerá o direito de enfeiteuse às terras do roçado, no que ficou conhecido como Lei do Sítio, um direito arcaico muito diferente da pretendida reforma agrária.

Em meados de 1970, uma pesquisa abrangente e objetiva de duas pesquisadoras inglesas, Sue Branford e Oriel Clock, feita com base em fotografias de satélite, indicou que pelo menos 200 mil trabalhadores estavam em regime de escravidão na derrubada de florestas na Amazônia para formação de novas fazendas de criação de gado. Diferente da escravidão negra, do escravo mercadoria, investimento de capital na pessoa do cativo, cuja sobrevivência era do interesse econômico de seu senhor, na peonagem, a escravidão por dívida, o escravo não é comprado, é sujeito. Daí a disseminada violência de tortura e assassinatos como punição pelas tentativas de fuga. Forma mais violenta de cativo do que a da escravidão negra.

Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Grupo de Repressão ao Trabalho Forçado (Gertraf), no primeiro ano de seu governo, ainda havia cerca de 18 mil escravos no Brasil, número reduzido para cerca de 2 mil no final de seu governo. O que é bem indicativo da força reprodutiva do cativo no anômalo capitalismo brasileiro. Não basta querer acabar com ele.

Nos primeiros meses do regime militar, em 1964 e 1965, o governo Castelo Branco impôs ao Congresso Nacional a reforma constitucional que viabilizava a desapropriação de terras para fins de reforma agrária com base no preceito legal da função social da propriedade. A reforma cuja demanda pelos movimen-

tos camponeses, no governo João Goulart, provocara o golpe de Estado e a implantação da ditadura. Era reforma mais consistente e completa do que a preconizada por Jango porque reforma de cunho expressamente capitalista e moderno. Uma reforma para incorporar ao capitalismo os que se encontravam à margem dele. Não por acaso definia negativamente o minifúndio, o estabelecimento cuja área fosse menor do que a necessária a uma agricultura rentável, o estabelecimento limitado à subsistência e a pequenos excedentes econômicos.

Ao mesmo tempo, o governo militar instituiu a política de incentivos fiscais à ocupação da Amazônia. Pessoas jurídicas, empresas como as industriais e as bancárias das regiões mais desenvolvidas podiam aplicar com capital próprio em projetos agropecuários na Amazônia legal, isto é, na Amazônia propriamente dita e no Centro-Oeste, metade do seu imposto de renda devido. Era uma doação do governo. A lei de 1966, que criou a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), permitia a pessoas jurídicas deixar de pagar 50% do respectivo imposto de renda para aplicação na formação de 75% do capital de uma nova empresa, geralmente agropecuária, na região amazônica. Cabendo ao interessado aplicar apenas 25% de recursos próprios na composição desse capital.

Esses 25%, no caso dos projetos agropecuários, eram basicamente constituídos pela propriedade da terra e não foi raro que essa terra tivesse origem em grilagem, em documentos falsificados. Ao cabo de alguns anos, o total da área titulada no estado do Mato Grosso era uma vez e meia a área

verdadeira, física, daquele estado. Ou seja, o governo militar promoveu e financiou a associação do grande capital com a grande propriedade da terra em linha oposta à do que é próprio da expansão capitalista. Capital é capital e renda da terra é anti-capitalista porque representa uma dedução de capital no pagamento da renda a quem a vende ou aluga. Uma associação que transformou o capital em latifundista e

fortaleceu a função retrógrada do rentismo na reprodução ampliada do capital.

Portanto, a estrutura política fundamental do país inventado no dia 7 de setembro de 1822 é uma estrutura de opostos, de negação da possibilidade de uma revolução burguesa e, mais ainda, de uma revolução social transformadora e emancipadora da sociedade e dos que trabalham, isto é, dos que criam valor e riqueza.